

São Bernardo do Campo, 03 de fevereiro de 2021.

ILUSTRÍSSIMO(A) SR.(A) DIRETOR(A) SUPERINTENDENTE DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP

Ref.: ao Pregão Eletrônico nº 23/2020

SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.847.630/0001-10, sediada na Estrada Samuel Aizemberg, nº 1100, *Alves Dias*, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09.851-550, telefone: (11) 4122-9800, e-mail: citacao.sp@somahospitalar.com.br, por intermédio de seu representante legal, subscrito ao final, vem, com o devido respeito, a presença de Vossa Senhoria, requerer **“REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO” do item 04 – ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (SALICETIL) - BRASTERÁPICA**, com base na Lei 8.666/93 e na Constituição da República Federativa do Brasil, art. 37 inc. XXI, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir:

1. BREVE RELATO DO CONTRATO

A empresa Licitante Participou do Processo na modalidade Pregão Eletrônico nº 23/2020, sagrando-se vencedora do item **04 – ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (SALICETIL) - BRASTERÁPICA**, tendo assinado a Respectiva Ata de Registro de Preço.

Entretanto, o preço do item em questão orçado não mais se compactua com o valor de mercado, uma vez conforme se comprovará na sequência, o valor cotado à época da licitação não supre mais os custos e insumos do contrato.

2. DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Inicialmente importante ressaltar que por se tratar de empresa Distribuidora de Medicamentos (Artigo 4º da Lei N/5991/1973) toda a nossa atuação fica adstrita à regular produção e fornecimento de produto pelos Laboratórios fabricante, e qualquer alteração neste afeta diretamente a Soma/SP, de modo que impede o fiel cumprimento do contrato assumido, para tanto, abaixo relacionamos o produto com seu valor atual de custo e de venda e com o intuito de corroborar nossa solicitação anexamos a este documento, nota(s) fiscal(is) e/ou documento (s) de aquisição que demonstram o custo do produto.

ITEM	QUANTIDADE CONTRATADA	U. N	DESCRIÇÃO	CUSTO ANTERIOR	VALOR OFERTADO	MARGEM ANTERIOR (%)	NOVO VALOR PARA AQUISIÇÃO	NOVO VALOR DE VENDA	MARGEM ATUAL (%)
04	1.497.000	CP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG	R\$ 0,027	R\$ 0,030	11%	R\$ 0,038	R\$ 0,042	11%

Destaca-se que o distúrbio causador da desestabilização do mercado de medicamentos refere-se única e exclusivamente a uma das maiores pandemias do presente séculos e que conforme será verificado está causando prejuízos em diversos contratos jurídicos.

É de notório conhecimento que, em razão da PANDEMIA do vírus SARS-CoV-2 ("coronavírus"), causador da doença COVID-19, as Autoridades Públicas de diversos países foram obrigadas a tomar uma série de medidas que restringem a circulação de pessoas, bem como estabeleceram a suspensão de inúmeras atividades econômicas.

Destarte que, não era **previsível** no ato das negociações do respectivo pregão se antever aos impactos gerados com a Pandemia do Covid-19, sendo esta decorrente desde o início do ano 2020. No mais, estamos presenciando além de momentos difíceis e a falta de muitos medicamentos, um bruto aumento do dólar e por consequência o aumento das matérias primas, insumos dos medicamentos, sendo importante ressaltar que cerca de 70% (setenta por cento) desses insumos são originários do continente Asiático, em especial aos Países da China e Índia, conforme segue algumas comprovações noticiadas:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2020/02/governo-decreta-estado-de-emergencia-por-caoa-de-surto-do-coronavirus.shtml>; <https://www.cartacapital.com.br/economia/sob-impacto-da-pandemia-do-coronavirus-bolsa-fecha-em-baixa-e-dolar-sobe/>; <https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2020/03/18/dolarfechamento-coronavirus-circuit-breaker.htm?cmpid=copiaecola>; <https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2020/05/18/dolar-bolsa-operacao.htm>; <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/08/04/por-que-o-dolar-continua-acima-de-r-5-mesmo-quando-se-enfraquece-no-mundo.html>; <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/08/03/dolar-comercial-fecha-em-alta-r-5314.htm>; <https://www.cdpiharma.com.br/post/produ%C3%A7%C3%A3o-de-medicamentos-no-brasil-%C3%A9-prejudicada-com-bloqueio-de-exporta%C3%A7%C3%B5es-da-%C3%ADndia>.



Evidentemente que grande parte da população e muitos negócios jurídicos foram afetados, obrigando, inclusive, o decreto pelo Governo Federal de **ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA**, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

Portanto os efeitos imprevisíveis da pandemia sobre as relações jurídicas devem ser considerados, uma vez que perfeitamente enquadrados como **FATO SUPERVENIENTE e de FORÇA MAIOR.**

Não é a simples eventualidade da pandemia que qualifica as partes a rever um acordo ou contrato. As provas do impacto/prejuízo/impossibilidade no adimplemento são essenciais ao andamento do feito.

No presente caso, tais medidas impactaram diretamente nos contratos que a empresa possui perante a Administração Pública, sendo que a mesma atua como Distribuidora de Medicamentos, que diante de todo ocorrido foi obrigada a solicitar o Reequilíbrio Econômico Financeiro dos Contratos em diversos órgãos e municípios em face dos aumentos excessivos nos preços dos medicamentos.

Ademais, os custos dos insumos sofrerão abrupta elevação em função da crise, conforme pode-se averiguar em NF **em anexo.**

Portanto, não se trata de variação simples ou previsível de valor de mercado, mas de elevação extraordinária de preço do medicamento.

Tais fatos, impactaram diretamente na continuidade do presente contrato, causando uma **ONEROSIDADE EXCESSIVA** e insustentável para a empresa licitante.

Este fato impede a continuidade do contrato nos preços originariamente propostos, e tratam-se de reflexos imprevisíveis na época da elaboração das propostas nos respectivos pregões.

É completamente temerário manter a continuidade do contrato, sem que a equação econômico-financeira prevaleça, dando espaço a preços irrisórios e insuficientes a manter as despesas mínimas da empresa contratada. Estamos diante de um necessário **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

3. DO DIREITO AO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

A doutrina de Joel de Menezes Niebuhr é bastante percutiente ao analisar a revisão dos contratos administrativos, e muito tem a contribuir com o ora esposado, vejamos:



A revisão é o instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em face da variação de custo decorrente, em linhas gerais, de eventos imprevisíveis ou de consequências imprevisíveis. (...) A Administração não reúne forças para compelir terceiros a operarem em prejuízo ou sem lucro. Então, deve-se proceder à revisão do contrato se as condições da época da proposta são alteradas, (...)." (In Licitação Pública e Contratos Administrativos, 2ª ed., pg. 895) ,

Nesse mesmo sentido é a lição de Marçal Justen Filho:

*o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro da contratação tanto poderá derivar de **fatos imputáveis** à Administração como de eventos a ela estranhos. (...) Assim, a crise econômica poderá produzir uma extraordinária elevação de preço de determinados insumos; uma greve poderá acarretar a impossibilidade de fabricação dos produtos; **uma crise internacional poderá provocar elevação extraordinária dos preços dos combustíveis etc.**" (...) "No Brasil, art-65, II, 'd', da Lei nº 8.666/93, ampliou a abrangência da teoria da imprevisão para nela fazer incluir os fatos de consequências incalculáveis, o que compreende em especial a desvalorização monetária produzida pela inflação. A inflação pode ser um fato previsível, mas autorizará a incidência da teoria da imprevisão quando os índices inflacionários não puderem ser estimados de antemão e apresentarem variação que ultrapassa os limites das previsões generalizadas". (Comentários à Lei-Licitações e Contratos Administrativos, 15ª edição, pág. 891/892 e 894).*

A ideia de equilíbrio significa que em um contrato administrativo os encargos do contratado devem equivaler ao que é pago pela Administração Pública. Por isso se fala na existência de uma equação: a equação econômico-financeira.

Trata-se de um direito com expressa previsão e proteção constitucional. Confira-se o texto do inciso XXI do artigo 37 da Constituição da República:

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XXI. ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



E para regulamentar referida tutela constitucional, a Lei de Licitações tratou de prever:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Trata-se de álea extraordinária a ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro da avença.

Portanto, diante da evidência de desequilíbrio na equação entre despesas e receitas, outra não pode ser a conduta da Contratante se não a de revisar o contrato, a fim de que a Requerente tenha condições de dar continuidade ao fornecimento com base nos princípios do equilíbrio econômico financeiro, da boa-fé e segurança jurídica.

4. DOS PEDIDOS

ISSO POSTO, requer-se

- a) A revisão do contrato para que seja implementado o reequilíbrio econômico financeiro, passando o preço anteriormente registrado do **item 04 – ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (SALICETIL) - BRASTERÁPICA** – de R\$ 0,030 para R\$ 0,042, conforme planilha e provas em anexo;
- b) Caso assim não entenda, requer a liberação do compromisso, liberando a empresa do fornecimento do item, sem a aplicação de qualquer penalidade.

Nestes termos,

Pede Deferimento.


Ricardo Vieira Cassiano
Gerente Comercial
RG. nº 23.752.322-X SSP/SP

ESPELHO DA DANFE



DANFE
Documento Auxiliar de
Nota Fiscal Eletrônica
1-Saída 2
2-Entrada
No. 59328
Série 5



Chave de Acesso
3520.0846.1790.0800.0320.5500.5000.0593.2811.0010.0340

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

Estrada Samuel Aizemberg, 1100 - Alves Dias - 09.851-550
São Bernardo do Campo-SP Fone/Fax: (11) 4122-9800
CNPJ: 05.847.630/0001-10 Insc. Est.: 635.487.579.110
Insc. Estadual Sub. Tributário:

Natureza Operação:
compra para comercialização

Protocolo de autorização de uso

DESTINATÁRIO / REMETENTE

Razão Social BRASTERAPICA INDUSTRIA FARMACEUTICA EIRELI	CNPJ / CPF 46.179.008/0003-20	Data Emissão 26/08/2020
Endereço OLEGARIO C LOBO/ GINA LIMA SILVESTRE	Bairro Distrito JARDIM ATIBAIA	CEP 12.943-000
Município ATIBAIA	Fone/Fax	UF SP
	Inscrição Estadual 190.151.398.111	Hora de Entrada/Saída

FATURA/ DUPLICATA

15/09/2020 7.762,50	25/09/2020 7.762,50	05/10/2020 7.762,50							
------------------------	------------------------	------------------------	--	--	--	--	--	--	--

DADOS DO PEDIDO

Número 246292	Empenho:	Vendedor:	DADOS BANCÁRIOS Deposito Conta
------------------	----------	-----------	-----------------------------------

CÁLCULO DO IMPOSTO

Base de Cálculo do ICMS 23.287,50	Valor do ICMS 4.191,75	Base de Cálculo do ICMS Substituição 0,00	Valor do ICMS Substituição 0,00	Valor Total dos Produtos 23.287,50
Valor do Frete 0,00	Valor do Seguro	Valor do Desconto 0,00	Outras Despesas Acessórias 0,00	Valor do IPI 0,00
			Valor aprox de Tributos 5.926,67	Valor Total da Nota 23.287,50

TR - ORTADOR VOLUMES TRANSPORTADOS

Razão Social EST SAMUEL AIZEMBERG	Frete por Conta 0-Remetente (CIF)	Código ANTT	Placa do Veículo	UF: SP	CNPJ / CPF 05.847.630/0001-10
Endereço EST SAMUEL AIZEMBERG	Município SAO BERNARDO DO CAMPO	UF: SP	Inscrição Estadual 635.487.579.110		
Quantidade / Volumes 48	Espécie	Marca	Numeração	Peso Bruto (Kg) 287,210	Peso Líquido (Kg) 287,210
					Cubagem Total

ENDEREÇO DE ENTREGA

Endereço OLEGARIO C LOBO/ GINA LIMA SILVESTRE	25/64	Bairro Distrito JARDIM ATIBAIA	CEP 12.943-000
Município ATIBAIA	UF: SP		

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

Cód.	Descrição dos Produtos/ Serviços	NCM-SH	CST	CFOP	Un	Qtidade	Vlr. Unitario	Vlr. Total	BC-ICMS	Vlr. ICMS	Vlr. IPI	IPI	ICMS
57398	SALICETIL 100MG CP (ACIDO ACETILSALICILICO) BRASTERAPICA Lote: 10849 28/08/2022 Fabr.: 24/08/2020 Cod.Fabr.: 1003001 Reg. MS: 1003800430034 Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Aprox R\$: 1.614,20 Federal e 1.940,18 Estadual Fonte:JBPT.	30039071	000	1102	CP	444.500	0,02700	12.001,50	12.001,50	2.160,27	0,00	0	18,00
57398	SALICETIL 100MG CP (ACIDO ACETILSALICILICO) BRASTERAPICA Lote: 10856 28/08/2022 Fabr.: 25/08/2020 Cod.Fabr.: 1003001 Reg. MS: 1003800430034 Cod.EAN13: SEM GTIN Tob. Aprox R\$: 1.517,97 Federal e 1.354,32 Estadual Fonte:JBPT.	30039071	000	1102	CP	418.000	0,02700	11.286,00	11.286,00	2.031,48	0,00	0	18,00

1 - CASO NAO RECEBA O BOLETO BANCARIO ENTRE EM CONTATO COM O DEPTO FINANCEIRO

DADOS ADICIONAIS

Informações complementares
A MERCADORIA DEVERA SER RETIRADA NO DEPOSITO FECHADO A RUA SANTA CRUZ71 - ATIBAIA-SP - CEP. 12.946-374,
I.E.: 190158286119, CNPJ: 46179008/0004-00

Reservado ao Fisco

RECEBEMOS DE BRASTERAPICA INDUSTRIA FARMACEUTICA EIRELI OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 28/01/2021 VALOR TOTAL: R\$ 5.472,00 DESTINATÁRIO: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ESTRADA SAMUEL AIZEMBERG, 1100 ALVES DIAS SAO BERNARDO DO-SP

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

Nº. 000.061.003
Série 005

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

BRASTERAPICA INDUSTRIA FARMACEUTICA EIRELI

RUA OLEGARIO CUNHA LOBO, 25
ATIBAIA JARDIM - 12942-730
ATIBAIA - SP Fone/Fax: 551144147788

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.061.003
Série 005
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

3521 0146 1790 0800 0320 5500 5000 0610 0311 0012 4948

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135210099769422 - 28/01/2021 11:38:34

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE PRODUÇÃO QUE NÃO DEVA POR ELE TRANSITAR

INSCRIÇÃO ESTADUAL

190151398111

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

46.179.008/0003-20

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ / CPF

05.847.630/0001-10

DATA DA EMISSÃO

28/01/2021

ENDEREÇO

ESTRADA SAMUEL AIZEMBERG, 1100

BAIRRO / DISTRITO

ALVES DIAS

CEP

09851-550

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

MUNICÍPIO

SAO BERNARDO DO

UF

SP

FONE / FAX

1141229800

INSCRIÇÃO ESTADUAL

635487579110

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

FATURA / DUPLICATA

Num.	001	Num.	002
Venc.	18/03/2021	Venc.	25/03/2021
Valor	R\$ 2.736,00	Valor	R\$ 2.736,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
5.472,00	984,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114,91	5.472,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	541,73	5.472,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

FL BRASIL HOLDING, LOGISTICA E TRANSPORT

FRETE

0-Por conta do Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

18.233.211/0024-26

ENDEREÇO

AV. ANTONIO FREDERICO OZANAN, 6.200

MUNICÍPIO

JUNDIAI

UF

SP

INSCRIÇÃO ESTADUAL

407607980119

QUANTIDADE

8

ESPÉCIE

CX

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

47,952

47,952

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
01.0030.01	SALICETIL 100MG COMP C/500 Lote: 011416 Quant: 288.000 Fab: 26/01/2021 Val: 28/12/2022	30039071	000	5105	UN	288,0000	19,0000	5.472,00	0,00	5.472,00	984,96		18,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte:
- CASO NÃO RECEBA O BOLETO BANCÁRIO ENTRE EM CONTATO COM O DEPTO FINANCEIRO Email do Destinatário:
ricardo@dimacisp.com.br
nfe.transportes@expressojundiai.com.
Inf. fisco: A MERCADORIA DEVERÁ SER RETIRADA NO DEPOSITO FECHADO A RUA SANTA CRUZ, 71 - ATIBAIA-SP -
CEP: 12.946-374, I.E.: 190158286119, CNPJ: 46179008/0004-00

RESERVADO AO FISCO



3637
9

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 04 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (SALICETIL) E ALTERNATIVAMENTE A RESCISÃO DO ITEM

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 04 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (SALICETIL), e alternativamente a rescisão do item, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, sob a justificativa da instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19.

2. A solicitante realiza o pedido de realinhamento de preço do item 04 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (SALICETIL), registrado na ata do Pregão Eletrônico nº 23/2020 de R\$ 0,030 para R\$ 0,042, e juntou documentos em fls. 3.616/ 3.617(notas fiscais).

3. Os documentos ora analisados é a solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 04 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (SALICETIL), recebido/protocolado em 08/02/2021, bem como os documentos de fls. 3. 616/ 3.617(notas fiscais).

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao reequilíbrio econômico-financeiro do item 04 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (SALICETIL), e alternativamente o seu cancelamento sob a justificativa da instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA solicita o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens 04 - ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG (SALICETIL) que logrou vencedora do item na licitação em epígrafe, possui como fundamento de sua exordial o argumento de que houve um aumento do preço do medicamento em razão da pandemia do COVID-19 sendo este fortuito e inopinado.

8. Embasa o seu pedido com base na Constituição Federal, Lei de Licitações, assim como em Doutrina.

9. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 3.616/ 3.617 (notas fiscais).

10. Eis a síntese do acostado às fls. 3.611/3.617.

11. Instrui o pedido de sua exordial com fulcro na pandemia COVID-19 e o seu impacto na economia. Argumenta que houve um aumento de preço sendo necessário a sua recomposição.

12. Inicialmente se faz mister conceituar o Sistema de Registro de Preço, que é um processo licitatório, em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público em Ata pactuam na manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período e a fornecer as quantidades solicitadas pela



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Administração no prazo estabelecido. Possui como vantagem desse sistema que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de 06 (seis) meses de validade do certame. Assim variações no preço dos itens ofertados é esperado que ocorra, devendo serem estes considerados àqueles que participam do certame e em sua proposta, existindo uma diferença entre a o lucro real e o esperado.

13. Doravante quanto a pandemia do COVID-19, é importante lembrar que o surto da doença iniciou em 2019, sendo que em fevereiro de 2020 a União publicou a Lei nº 13.979/2020 estabelecendo as diretrizes gerais para o enfrentamento do surto. Sendo que 11 de março¹ a OMS declarou instaurada a pandemia.

14. Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da situação econômica, ante de já estar instituído a época o cenário de crise. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

15. Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

16. Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p.157).

¹ Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml> Acesso em 13 de julho de 2020



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

17. Não demonstra em seu pedido o nexo entre estas demonstrando como esta impacta a economicamente o adimplemento da ata, apenas junta notas fiscais e afirma que parte dos insumos são de origem asiática.

18. Trata-se de um risco intrínseco ao negócio, devendo estes ser precificados na decisão da participação da oferta pública exarada, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato

19. Conforme manifesta a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

A despeito de divergências de posicionamentos entre a fiscalização e a SDG, sequer a vantajosidade inicial do ajuste havia ficado comprovada, sendo que esta situação somente se agravou com a **concessão de reequilíbrios econômico-financeiros desprovidos de justificativas consistentes.**

(...)

No caso da contratação com a empresa Lukarmona, o pedido foi baseado na "**instabilidade econômica do país**" e, no caso da empresa Fridel, solicitou-se o realinhamento sob o argumento de que os produtos estariam na entressafra. Contudo, a meu ver, **não restou comprovada a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso de força maior,**



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

caso fortuito ou força do príncipe, a ensejar a concessão de reequilíbrio. As situações descritas nas justificativas estão inseridas na álea econômica ordinária, e devem ser suportadas pela empresa, eis que oscilações normais decorrentes de sazonalidade são totalmente previsíveis e devem ser levadas em consideração pelas empresas quando formulam suas propostas, especialmente para fornecimento pelo prazo de 12 meses. (TC-001040/003/12 TC-001037/003/12 TC-001038/003/12 TC-001039/003/12 TC-028291/026/11, Substituto de Conselheiro Josué Romero, Segunda Câmara, Sessão: 3/2/2015) Grifo e negrito nosso.

20. Assim para que a Administração admita o reequilíbrio, em um certame com prazo encurtado e que transcorre inteiramente no período de pandemia, deverá o pedido ser instruído de forma minuciosa com o alegado. Confunde em seu requerimento o equilíbrio contratual com o equilíbrio do contratado, devendo este analisar a matriz de risco do negócio para considerar os encargos a serem suportados na atual situação econômica.

21. Não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço da empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA, não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais. Sobre estas pontuo, resumidamente: Notas Fiscais não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebesse, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio.

22. É necessário de uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato, a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. AS NOTAS FISCAIS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas. Em nenhuma das hipóteses acima, a apresentação de notas fiscais é



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

suficiente para justificar a revisão de preços. Razão pela qual a parte interessada deve instruir o pedido com algum documento que reflita algumas das situações que foram expostas nas alíneas acima, porém, no presente caso, não o fez.

23. De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

24. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

25. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

26. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

27. Por consequência, não tendo à empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

28. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica **opina:**

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA **sagrou-se vencedora**, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Pelo indeferimento do pedido de rescisão contratual do item em que a empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 22 de fevereiro de 2021.


Dra. MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
Diretora Jurídica

MEMORANDO INTERNO Nº 34/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro/Cancelamento do item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2020 – Ata nº 84/2020

Interessado: Soma/SP Produtos Hospitalares Ltda

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 3.632/3.640, que opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico – financeiro e/ou cancelamento do item 04 – ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG (SALICETIL).

Presidente Prudente, 23 de fevereiro de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro/Cancelamento do Item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2020 – Ata nº 84/2020 – Item 04 – ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG
Interessado: Soma/SP Produtos Hospitalares Ltda

Trata-se de solicitação (fls.3.611/3.617) de reequilíbrio econômico financeiro e/ou cancelamento do item 04 – ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG (SALICETIL) registrado na Ata de Registro de Preços nº 84/2020, alegando, em síntese, alteração de custo superveniente e imprevisível para aquisição do fármaco.

O Setor Jurídico às fls. 3.632/3.640, opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico – financeiro/cancelamento do item, por não ter sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 05.847.630/0001-10**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 23 de fevereiro de 2021



CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo-CIOP

3643
8



CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: solicitação de reequilíbrio econômico financeiro/cancelamento do item 04, ARP nº 84/2020, Pregão Eletrônico nº 23/2020. Interessada: **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 05.847.630/0001-10**. Decisão: Delibero pelo **NÃO ACOLHIMENTO** do pedido de reequilíbrio econômico financeiro/cancelamento do item: 04 - **ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG**, conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo do CIOP. Pres. Prudente, 23 de fevereiro de 2021.

